http://journal.unoeste.br/index.php/ch
DOI: 10.5747/ch.2022.v19.h523
ISSN on-line 1809-8207

Colloquium Humanarum

Submetido: 05/10/2021 Aceite Final: 05/02/2022

PLANEJAMENTO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO: DESAFIOS E AVANÇOS NAS PRÁTICAS COLABORATIVAS DE ENSINO

Marta Aparecida de Mello Pereira, Ana Paula Camilo Pereira

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, MS. E-mail: martmellop@gmail.com

RESUMO

Este artigo é o desdobramento da pesquisa sobre o Planejamento Educacional Individualizado (PEI) e as práticas colaborativas desenvolvidas na Escola Municipal Professor Licurgo de Oliveira Bastos em Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Os tópicos de estudos nesse trabalho envolveram o PEI, pois este é um instrumento individual que intermedia a aprendizagem dos estudantes permitindo uma avaliação sistematizada do ensino. O objetivo é apresentar uma análise da elaboração e aplicabilidade do PEI para os estudantes com deficiência intelectual, inseridos no ensino comum. A metodologia de coleta de dados aconteceu por meio do estudo documental com aprofundamento sobre as leis que regulamentam as ações sobre o PEI na Educação Especial. Os estudos tiveram também embasamentos teóricos nos seguintes autores: Valadão (2018); Baptista (2013); Pletsch; Glat (2013); Vianna (2011); Peroni (2014), entre outros. Com os estudos, obteve-se os resultados de que a elaboração e a aplicabilidade do PEI sempre foram realizadas aos estudantes da Educação Especial na escola em análise, porém, ainda se encontra deficitário o entendimento acerca do trabalho colaborativo na implementação do PEI. Desse modo, corrobora-se que as práticas pedagógicas dos professores no planejamento individualizado ainda estão longe do real significado estabelecido pelos documentos que regulamentam a Educação Especial. Ainda assim, concluiu-se que o PEI é um recurso pedagógico importante para a Educação Especial, pois a partir desse instrumento educacional que se vislumbra caminhos possíveis a serem seguidos, possibilitando ao professor várias formas de ensinar, tornando suas práticas pedagógicas mais inclusivas.

Palavras-chaves: Planejamento educacional individualizado. Educação especial. Estratégia pedagógica. Trabalho colaborativo.

INDIVIDUALIZED EDUCATIONAL PLANNING: CHALLENGES AND ADVANCES IN COLLABORATIVE TEACHING PRACTICES

ABSTRACT

This article is the result of a research on Individualized Educational Planning (PEI) and collaborative practices developed at the School Professor Licurgo de Oliveira Bastos in Campo Grande, Mato Grosso do Sul. The development of the studied topics has involved the PEI, as it is an individual instrument that intermediates the students' learning, allowing a systematic evaluation of the teaching. The purpose of this study is to present an analysis of the creation and applicability of the PEI for students with intellectual disabilities, inserted in ordinary education. The data collection methodology took place via a documentary study with an in-depth look at the laws that regulate the actions on the PEI in Special Education. The studies have their theoretical basements centered, among others, in the following authors: Valadão (2018); Baptista (2013); Pletsch; Glat (2013); Vianna (2011); Peroni (2014). According to the studies, the preparation and applicability of the PEI have always been carried out for Special Education students in the school under analysis, however, the understanding about collaborative work in the implementation of the PEI is still lacking. Thus, it is corroborated that the pedagogical practices of teachers in individualized planning are still far from the real meaning established by the documents that regulate Special Education. Even so, the conclusion of the present study is that the PEI is an important pedagogical resource for Special Education; considering this educational instrument as a starting point, there are possible ways to be followed, enabling the teacher to use it in several ways, making his/her pedagogical practices more inclusive.

Keywords: Individualized educational planning. Special education. Pedagogical strategy. Collaborative work.

PLANEAMIENTO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO: DESAFÍOS Y AVANCES EN LAS PRÁCTICAS DE ENSEÑANZA COLABORATIVA

RESUMEN

Este artículo es un desarrollo de la investigación sobre Planeamiento Educacional Individualizado (PEI) y las prácticas colaborativas desarrolladas en la Escuela Municipal Profesor Licurgo de Oliveira Bastos en Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Los temas de estudio en este trabajo envolvieron el PEI, pues este es un instrumento individual que intermedia el aprendizaje de los alumnos permitiendo una evaluación sistemática de la educación. El objetivo es presentar un análisis de la elaboración y aplicabilidad del PEI para los estudiantes con discapacidad intelectual inseridos en la enseñanza común. La metodología de recogida de los datos ocurrió mediante un estudio documental en profundidad de las leyes que regulan las acciones sobre el PEI en la Educación Especial. Los estudios también se basaron teóricamente en los siguientes autores: Valadão (2018); Baptista (2013); Pletsch; Glat (2013); Vianna (2011); Peroni (2014), entre otros. Con los estudios, se obtuvieron los resultados de que la elaboración y la aplicabilidad de la PEI siempre fueron realizadas a los estudiantes de Educación Especial en la escuela analizada, sin embargo, la comprensión sobre el trabajo de colaboración en la aplicación de la PEI es todavía deficiente. Esto confirma que las prácticas pedagógicas de los maestros en la planificación individualizada están aún lejos del significado real establecido por los documentos que regulan la Educación Especial. Aun así, se concluyó que la PEI es un importante recurso pedagógico para la Educación Especial, porque a partir de este instrumento educativo que vislumbra posibles caminos a seguir, permite al maestro diversas formas de enseñar, haciendo más inclusivas sus prácticas pedagógicas.

Palabras claves: Planeamiento educativo individualizada. Educación especial. Estrategia pedagógica. Trabajo colaborativo.

A. INTRODUÇÃO

Este estudo se alinha à construção do Planejamento Educacional Individualizado (PEI), numa prática de trabalho colaborativo, entre os professores do ensino comum e os professores da Educação Especial da Escola Municipal Professor Licurgo de Oliveira Bastos em Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Tem como origem estudos e pesquisas desenvolvidas pelas autoras em programa de Pós-Graduação Stricto Sensu da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). O objetivo deste artigo consiste em explicitar como acontece a elaboração e aplicabilidade do PEI para os estudantes com deficiência intelectual, inseridos no ensino comum, na etapa final do Ensino Fundamental. Considera-se essencial que os professores da Educação Básica procurem manter uma relação dialógica com os professores da Educação Especial. Desta forma, nos sentimos aguçados a analisar essa relação que é tão importante para o crescimento e amadurecimento das ações pedagógicas.

O PEI pode ser entendido como uma forma de organizar a metodologia de trabalho para os estudantes da Educação Especial com a intenção de incluir no ensino comum os educandos, com algum tipo de deficiência, pensando nas possibilidades de avanços na aprendizagem. Assim, a sua elaboração precisa acontecer mediante um processo colaborativo entre equipe pedagógica, professores, pais e em alguns casos, o próprio estudante, a fim de reunir o maior número possível de informações sobre as necessidades do educando para posteriormente traçar metas singulares de ensino. Conforme pontuam Siqueira (*et al.*, 2012, p. 06), a elaboração do PEI acontece por meio de quatro metas:

> A primeira meta consiste em avaliar e conhecer o aluno, ou seja, ter clareza das reais necessidades desse discente, conhecendo sua história, seus interesses, conhecimento adquirido e suas necessidades. A segunda baseia-se em

> estabelecer metas para aquele sujeito, sendo elas de curto, médio e longo prazo. Terceira tem como fundamento a elaboração de um cronograma com data de início e término do Plano e a quarta e última é organizar os procedimentos para a avaliação [...], podendo ser através de observação do professor e da família, registros etc.

A partir dessas concepções o instrumento de planejamento PEI tem com intenção a avaliação e a promoção da aprendizagem para o educando da Educação Especial. O conceito do PEI é bem amplo e abrange vários entendimentos particulares que se nivelam entre si, pois o fio condutor das opiniões se refere ao PEI como recurso que possibilita a elaboração de estratégias pedagógicas diferenciadas que proporcionam ao estudante a participação ativa juntamente com os demais educandos na sala de aula comum. Como deve ser a construção do PEI para que este seja útil ao ensino e aprendizagem do estudante?

Diante desse questionamento que esse artigo tomou forma e motivou o estudo a fim de subsidiar os conceitos acerca das ações colaborativa na construção e execução do PEI. Consideramos a importância da ação colaborativa do professor no cenário educacional, pois possibilita o despertar do estudante para a aquisição de conhecimentos, que por meio de estratégias diferenciadas, podem se tornar atuante nos estudos com visão crítica-reflexiva frente ao seu próprio desempenho escolar.

A proposta de estudo sobre o PEI é uma temática discutida no contexto de uma análise documental, bibliográfica e apreciação das experiências dos professores por meio de respostas obtidas do questionário. Esse estudo se estrutura em três momentos. O primeiro aborda o PEI como uma estratégia pedagógica para inclusão escolar numa abordagem teórica de análise em que são apresentas as sinuosidades das políticas educacionais direcionadas a Educação Especial, bem como os ajustamentos oficiais que dão respaldo a essa modalidade de ensino com ênfase desde a legislação educacional alcançando a ação dentro de sala de aula, com observações nas diretrizes curriculares como organizadoras e articuladoras das propostas de ensino.

No segundo momento há uma reflexão acerca do PEI e o seu aporte na Educação Especial Inclusiva com amostra de alguns dados bibliográficos que permitem compreender o PEI e sua função na sua gênese, uma vez que comprovar o PEI na constituição de estratégia de ensino e aprendizagem no ensino fundamental II implica a busca por novas escolhas nas práticas docentes delineando caminhos importantes que possam contribuir na aprendizagem de todos os estudantes. Refletimos ainda nesse capítulo as ações do AEE no ensino comum e na Sala de Recursos Multifuncionais como apoio aos estudantes e professores na aquisição de conhecimentos.

Logo em seguida, abordamos no terceiro momento a pesquisa na prática analisando o trabalho colaborativo nas ações dos professores na elaboração e na aplicabilidade do PEI para os estudantes da Educação Especial que apresentam deficiência intelectual, a fim de refletir sobre os resultados e propor ações de apoio pedagógico aos professores regentes.

Por fim, nesse artigo reflete-se sobre a atuação docente ampliando os olhares sobre o PEI no processo educacional em ações colaborativas. Ressalta-se que é importante que os professores busquem, por meio do trabalho colaborativo, estratégias diversificadas para diferenciar as formas de ensinar os seus estudantes. Dessa forma, esse tema visa somar com os tópicos em estudos que são empenhados em torno dos assuntos que perpassam a Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva, corroborando aos contínuos aprimoramentos para a inclusão da pessoa com deficiência no ensino comum.

B. PLANEJAMENTO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO: UM RECURSO PEDAGÓGICO PARA A INCLUSÃO ESCOLAR

Para entender a atual Política Educacional Especial precisamos voltar ao passado na história das pessoas com deficiência. Esse histórico nos mostra que a história de uma pessoa com deficiência era “constituída de maus-tratos, superstições, exclusões e de atitudes segregadora.” (FIGUEIREDO, 2010, p. 25). Essa informação permeou desde a Idade Antiga até a Idade Moderna.

No Brasil as primeiras menções de atendimento à pessoa com deficiência

aconteceram na cidade do Rio de Janeiro com a implementação do Instituto dos Meninos Cegos em 1854 e logo depois o Instituto do Surdos-Mudos no ano de 1857. No entanto, a década de 1970 foi o marco a despeito das iniciativas das políticas para Educação Especial com a criação do Centro Nacional da Educação Especial (CNESP) em 1973.

A partir desse marco começou a surgir uma sistematização na política educacional para a Educação Especial, pois esse órgão, o CNESP, segundo Camargo, Gomes e Silveira (2016, p. 19), "ficou responsável em direcionar metas e ações que promovessem a integração dos alunos da educação especial, além de propor projetos de formação para professores, requerer a implantação de classes e escolas especiais."

Seguido esse viés foi implementado cursos de capacitação para os professores na intenção de conhecer e refletir acerca das melhorias referentes ao acolhimento à pessoa com deficiência. Nesse período, embora foi denotado avanços no atendimento a pessoa com deficiência, surgiu o espaço para a segregação, pois:

> [...] muitos dos sujeitos com comprometimento grave não conseguiram ser integrados na escola comum. [...] O paradigma da integração perdurou por cerca de 30 anos no sistema de ensino brasileiro e isso dificultou a inserção dos estudantes com deficiência, uma vez que no ensino comum "ser integrado [...] dependia do sujeito se adaptar às normas vivenciadas por todos; [...] o aluno devia se adaptar às regras e normas da instituição. (CAMARGO; GOMES; SILVEIRA, 2016, p. 19).

Quando falamos que na inclusão escolar é preciso que haja uma transformação no processo de ensino e aprendizagem, novas demandas políticas, sociais e educacionais devem ser implementadas na construção de um processo estruturado que possa inserir os estudantes na educação formal.

A partir de 1990 foi se fortalecendo objetivos e metas para a Educação Especial com a intenção de melhorar a qualidade do ensino e aprendizagem do estudante com deficiência. "Assim, no início da década de 1990, o movimento em prol da Educação Inclusiva, iniciado nos anos de 1980 na Educação Básica, ganhou amplitude e destaque no cenário educacional." (FIGUEIREDO, 2010, p. 29).

A partir da Política Educacional na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) a Educação Especial passou a ter a garantia do acesso e permanência dos estudantes no ensino comum, como o atendimento educacional especializado, isso possibilitou que a inclusão se aproximasse mais daqueles que tanto necessitam, as pessoas com deficiência.

Analisar, discutir as bases legais e evidenciar como o Planejamento Educacional Individualizado (PEI), na prática pedagógica colaborativa no ensino comum, se constitui no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes da Educação Especial do Ensino Fundamental etapa final que apresentam deficiência intelectual é o objetivo deste capítulo.

Pensar sobre a questão da inclusão e a prática do PEI no Brasil, é um assunto complexo, mas indispensável, pois vemos que o contexto vem assumindo várias vertentes no contexto educacional. Ter o direito a educação básica, garantindo do acesso e a permanência dentro da escola tem provocado alterações de padrões educacionais, dentre eles a qualidade no ensino. Para Sousa e Prieto (2002, p. 124): "[...] o princípio norteador é a crença da possibilidade e desenvolvimento do ser humano, tratando-se as diferenças individuais como fatores condicionantes do processo de escolarização que precisam ser consideradas quando se tem o compromisso de educação para todos."

Refletir sobre a inclusão é entender da necessidade de cada sujeito como ser singular com suas especificidades e diferenças e tentar desenvolver um ensino que atenda a todos os estudantes. Como descreve na Constituição Federal (1988), Art. 205: "A educação é direito de todos [...] visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho." (BRASIL, 1988).

Para que o ensino aconteça na sua totalidade, as leis entram em ação alavancando o processo de inclusão e necessitam serem cumpridas e fiscalizadas. O PNE, meta 04, garante a oferta da Educação Inclusiva articulada com o ensino comum. Para Peroni e Flores (2014, p. 187): "[...] fica ainda a expectativa no processo de

construção de uma Sistema Nacional de Educação, que articule políticas educacionais de democratização do acesso e do conhecimento escolar em nível nacional sustentando os avanços necessários da educação."

O Estatuto da Criança e da Adolescência (ECA) é um documento que norteia, ampara e fiscaliza legalmente a vida das crianças e dos adolescentes no âmbito da infância e da adolescência. Desta forma, esse documento expõe que "é da responsabilidade da família [...] garantir as condições para o pleno desenvolvimento dessa população, além de colocá-la a salvo de toda forma de discriminação, exploração e violência." (ECA, 1990, p. 9).

Nessa vertente, percebemos que o ECA no seu Art. 53 enfatiza que "a criança e adolescente têm direito à educação, visando o pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho." (BRASIL, 1990). E no Art. 54, fica assegurado legalmente no § III o: "Atendimento Educacional Especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino." (BRASIL, 1990, p. 44).

Estudar sobre a Educação Especial, mais especificamente sobre o PEI é uma necessidade, pois estudos indicam que a sua prática ainda é incipiente no Brasil. Nesse contexto, Pletsch e Glat (2013, p. 21) corroboram enfatizando que: "A utilização do PEI é recente no Brasil e ainda temos poucos estudos sobre sua elaboração e aplicabilidade na realidade de nossas escolas." Desta forma é relevante evidenciar que a ação do uso do PEI como recurso para adequação dos conteúdos no ensino comum ainda é algo novo na esfera nacional, como bem enfatiza Valadão e Mendes (2018, p. 11): "No Brasil constata-se a existência de dispositivos em algumas leis estaduais e municipais, particularmente do começo do ano 2000, garantindo o plano educacional que assume nomenclaturas diversas, [...]."

Novas diretrizes básicas de políticas e sistemas educacionais que possibilitou a formulação e reforma para a Educação Especial, em prol da universalização e da equidade da educação para "Todos" de acordo com o movimento de inclusão social, a Declaração de Salamanca (1994), documento elaborado na Espanha por meio da Conferência Mundial, fortalece um dos movimentos internacionais proposto pela Unesco. Entretanto, de acordo com Valadão (2010, p. 52), na Espanha:

> A legislação sobre a educação de pessoas em situação de deficiência no ensino regular começou em 1985, com o Programa de Integração Escolar do Ministério da Educação, em caráter experimental, durante um período de cinco anos. Esse programa sugeria a inclusão dos estudantes em situação de deficiência nas classes comuns, incluindo suporte de equipes de orientação educacional e psicopedagógica, recursos materiais e financeiros. (VALADÃO, 2010, p. 52).

Valadão (2010) esclarece que diante dos estudos e pesquisas internacionais na prática do PEI, os Estados Unidos são, sem dúvida, o país mais regulamentado em relação a essa ação, no entanto poucas pesquisas ainda existem em ralação a essa estratégia de aprendizagem considerada de extraordinária importância, uma vez que por meio do PEI a disposição dos conteúdos curriculares acontece, e a partir daí contribuem na aprendizagem do estudante da Educação Especial.

No Brasil contextualizar uma retomada histórica sobre a política de Educação Especial e adentrarmos na temática do PEI se tornou uma ação de extrema importância, pois o país tem vivido um amplo processo de ajuste no sistema educacional e a inclusão ainda se configura com uma discordância entre a teoria e prática, "[...] pois o grande desafio é incluir, nos padrões de vida digna, os milhões de indivíduos excluídos e sem condições básicas de se constituírem cidadãos participantes de uma sociedade em permanente mutação." (LIBÂNEO, OLIVEIRA; TOSCHI, 2012, p. 131).

A inclusão educacional envolve muito mais que somente escolarizar as pessoas com deficiência, diz respeito também aos seus familiares, aos professores e à comunidade em geral, e esses necessitam se conscientizar e colocar em prática no exercício da cidadania o que os direitos lhes concedem.

Conforme citado no Art. 26 da Declaração dos Direitos Humanos: "Toda pessoa tem direito a instrução. A instrução será gratuita, pelo menos aos graus elementares e fundamentais." (ONU,

1948, p. 14). Assim a Constituição Federal (1988) empoderou os municípios para catalogar as necessidades de seus cidadãos e delinear metas e executar recursos e serviços a fim de atender suas necessidades.

Nessa ponderação, ficou evidente que a pessoa com deficiência tem o direito a educação. Desta forma, de acordo com a UNESCO (1990, p. 06): "As necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiências requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência [...]."

Nesse mesmo viés, a Declaração de Salamanca (1994) fortaleceu o compromisso de uma Educação para Todos, na consideração da urgência que as pessoas com deficiência têm de ter uma educação voltada para a igualdade de direitos e oportunidades, se mantendo juntas no mesmo ambiente com a intenção de se prover um nível satisfatório de aprendizagem. Com a ampliação do Ensino Fundamental para 9 anos (meta 4), a Educação Especial também se enquadrou nos mesmos direitos e deveres de acordo com o Plano Nacional de Educação (PNE): "Universalizar, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na própria rede regular de ensino." (BRASIL, 2014, p. 5).

Embora no Brasil o PEI ainda se mostra elementar, nota-se que esse instrumento possui muitas possibilidades de ações, considerado como um recurso educacional importante para a Educação Especial, pois a partir desse planejamento que se abre caminhos a serem seguidos propiciando ao professor o repensar em sua prática pedagógica.

Desse modo, as políticas educacionais voltadas para a Educação Especial no Brasil amparam as pessoas com deficiência permitindo que elas sejam inseridas no ensino comum com direitos e deveres a serem cumpridos. E assim, para ter uma equidade na forma de ensinar é necessário um planejamento de aula que tenha diferentes estratégias de aprendizagem para tingir a todos os estudantes, de modo que eles aprendam os conteúdos.

Pensando nesse contexto que abordaremos no capítulo seguinte alguns elementos bibliográficos sobre o PEI de forma a compreender a sua constituição na Educação Especial, como possibilidades de novas estratégias pedagógicas que poderão apoiar constantemente estudantes e professores no ensino comum.

C. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS COLABORATIVAS NA CONSTRUÇÃO DO PLANEJAMENTO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO

É oportuno lembrar que a Educação Especial e seu processo de inclusão envolve vários fatores, dentre eles a organização de um planejamento estratégico de ensino especificamente para a pessoa com deficiência. É nessa linha de pensamento que percebemos que um planejamento pedagógico "consiste em ações e procedimentos para tomada de decisões a respeito de objetivos e atividades a serem realizadas." (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2012, p. 470).

Uma escola inclusiva tem como objetivo "o acesso, a permanência e o sucesso de todos os alunos na classe comum." (CAMARGO; GOMES; SILVEIRA, 2016, p. 19). Dessa forma, a Educação Especial ressignifica o seu papel na educação, atuando e estabelecendo um trabalho em parceria com o ensino comum, mantendo o Atendimento Educacional Especializado (AEE) aos estudantes, aos docentes e às famílias. Os profissionais da Educação Especial, no ensino comum, passam a ser o "apoio às escolas e aos professores no processo de inclusão escolar de seus alunos." (CAMARGO; GOMES; SILVEIRA, 2016, p. 19).

Essa articulação do ensino comum com o AEE é uma das ações desenvolvida que se inicia na Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) com orientações e apoio ao professor e ao estudante no ensino comum. Com a lei, Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), que sempre foi a referência para outras políticas de inclusão. obteve-se amparo para a construção e implantação da SRM, que surgiu com a intenção de minimizar as desigualdades que existiam nas escolas.

> Na sala de recurso multifuncional, o professor de Atendimento Educacional Especializado deve propor atividades que estimulem o desenvolvimento conceitual do aluno com deficiência intelectual, além de propor situações vivenciais que possibilitem

> a esse aluno organizar o pensamento operatório. Esse atendimento deve se fundamentar em situações-problema que exijam que o aluno utilize seu raciocínio abstrato para a resolução de um determinado problema apresentado pelo professor. (VERDE, POULIN; FIGUEIREDO, 2010, p. 16).

Com vista a um ensino igualitário, com direitos e deveres atendidos por todos, que as SRM contam com espaços físicos e mobiliários que atendem as demandas da Educação Especial com atendimentos no contraturno para os estudantes com deficiência. Essa demanda de organização visa:

> [...] os princípios para a organização das salas de recursos multifuncionais partem da concepção de que a escolarização de todos os alunos, com o sem necessidades educacionais especiais, realiza-se em classes comuns do Ensino Regular, quando se reconhece que cada criança aprende e se desenvolve de maneira diferente e que o atendimento educacional especializado complementar e suplementar à escolarização pode ser desenvolvido em outro espaço escolar. (BRASIL, 2006, p. 07).

Dessa forma, as orientações advindas dos responsáveis pela SRM em relação ao PEI passam a ser de caráter colaborativo, pois o PEI nesse espaço de estudo e entendido como um recurso pedagógico que permite a elaboração de diversas estratégias de ensino a fim de encontrar caminhos de "materialização de trabalhos em conjunto entre os professores do ensino comum e especializado" para que o estudante com deficiência aprenda os conteúdos escolares. (MELLO; HOSTINS, 2019, p. 218).

Assim, entendemos que o ambiente da SRM e o ensino comum devem caminhar com os mesmos objetivos e práticas de ensino planejadas de forma colaborativa a fim de atender os estudantes e suas especificidades. A utilização da SRM, como um espaço em que as ações devem ser sempre permeadas por práticas colaborativas, se configura: "como uma proposta de bons resultados no que se refere à aprendizagem de estudantes com deficiência que frequentam o ensino comum." (BRAUN; MARIN, 2018, p. 120).

O profissional para atuar na SRM, segundo Camargo, Gomes e Silveira (2008), deve ter na sua formação inicial a formação para a docência e especialização na Educação Especial com comprometimentos para atender os estudantes com dificuldades de aprendizagem advindas de algum tipo de deficiência, seja auditiva, visual, motora ou intelectual.

A formação dos professores e professoras para atuar na Educação Especial deve ter a meta de servir de apoio a esses profissionais na tentativa de motivá-los a "exercitar outras formas de conhecer, de ler, de aprender e de ensinar." (CAMARGO; GOMES; SILVEIRA, 2008, p. 24).

Nessa perspectiva, as práticas pedagógicas podem abrir possibilidades para o professor criar formas de ser e estar dentro de sala de aula, pois ser professor:

> Não é um dom, mas resultados de capacidades que se desenvolvem; não é missão, mas trabalho, profissão; não é um projeto individual, mas coletivo; não requer apenas o domínio de técnicas e conteúdo, mas envolve afetividade, valores, consciência política, visão de mundo; não é uma identidade fixa, imutável, estável, mas mutável, provisória, múltipla. (CAMARGO; GOMES; SILVEIRA, 2008, p. 24).

Cabe à formação de professores promover debates sobre a homens, mulheres, infância, pedagogias. para que, cada vez mais, haja envolvimento coletivo repletos de possibilidades e desafios, em que a troca de experiências sejam compartilhadas enriquecendo o grupo e assim reconhecerem seus limites e potencialidades.

O trabalho colaborativo entre os professores do ensino comum e o professor da Educação Especial deve ter início na SRM, pois é la que os esforços, as atitudes são transformadas em ações diversificadas centrada em um novo método de ensino que auxilia os estudantes a desenvolverem a sua aprendizagem tornando o ensino mais prazeroso.

Se a educação é para todos, da mesma forma a aprendizagem deve atingir a todos os estudantes, cada um a seu modo poderá adquirir o conhecimento formal. Para isso a escola necessita urgentemente rever os seus conceitos e se arriscar em novas formas de planejar o ensino, o PEI é uma oportunidade que possibilita a criação de uma ampla visão de mundo oportunizando a troca de experiências que se adapte ao estudante. De acordo com Freire (1995, p. 6): "Precisamos contribuir para criar a escola que é aventura, que marca, que não tem medo do risco, por isso recusa o imobilismo. A escola em que se pensa, em que se atua, em que se fala, em que se ama, se adivinha, a escola que apaixonadamente diz sim à vida."

Entendemos que o trabalho educativo requer ações estruturadas e vão ao encontro das particularidades de cada educando. Assim, para Glat (2013, p. 10): "O novo paradigma da educação inclusiva tem como uma das suas principais consequência um repensar dos objetivos e práticas da educação especial que agora precisa encontrar seu espaço no seio da escola comum."

Desta forma, a Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008), diz que para entender as sinuosidades das políticas educacionais voltadas para Educação Especial devemos ter como benefício a vertente oficial que ampara essa modalidade de ensino, uma vez que no sistema de ensino: "A educação especial direciona suas ações para o atendimento às especificidades [...] no processo educacional e, [...] orienta a organização de redes de apoio, a formação continuada, a identificação de recursos, serviços e o desenvolvimento de práticas colaborativas. (BRASIL, 2008, p. 11).

Ademais, a necessidade da busca por melhores caminhos que permitam o acesso ao conhecimento de forma mais aprimorada, em que cada um seja valorizado diante da sua especificidade e cultura são alguns indicativos já evidenciados em algumas pesquisas. Na Educação Especial essa valorização pessoal diferenciada é de extrema importância, pois é uma urgência a necessidade de se preparar para os enfrentamentos que a profissão exige.

> [...] Estar preparado para aprender: estamos sempre preparados, dependendo daquilo que é reconhecido pelo educador como "aprendizagem". Trata-se, portanto de valorizarmos o conhecimento que já existe sobre processos de aprender e ensinar, evitando qualquer cisão simplificadora que separe o aluno com deficiência de seus companheiros de mesma idade. (BAPTISTA, 2013 p. 56).

Nos últimos anos adquirir o conhecimento formal tem gerado muitas dificuldades por parte dos estudantes da Educação Especial, tudo tem sido um processo complexo, pois ainda há incerteza por parte de alguns educadores em trabalhar com a inclusão de estudantes com deficiência no ensino comum. Magalhães, Cunha e Silva (2013, p. 34) afirmam: "[...] ensinar esse alunado no contexto do ensino comum demanda uma ressignificação não só nas práticas pedagógicas, mas na própria concepção dos processos de ensino e aprendizagem e na organização curricular, de forma a tender à singularidade dos alunos."

Pode -se dizer que a dúvida gerada em alguns educadores esteja ligada ao despreparo para enfrentar as adversidades do dia a dia na profissão escolhida: ser professor. Por essa razão, que estudar e se capacitar constantemente deve ser uma prática no cotidiano profissional de um educador, uma vez que o estudante da Educação Especial necessita de uma proposta específica e individualizada de estudos que o conduza a uma aprendizagem com mais significado.

Assim, fica evidente a necessidade de adequações acerca dos conteúdos, mobiliário e espaço físico para tender aos estudantes da Educação Especial que apresentam algum tipo de deficiência na unidade do Ensino Fundamental desde a Educação Infantil.

O Ensino Fundamental é um seguimento da educação que perpassa por várias faixas etárias. Desta forma, no que tange ao fundamental II, torna-se uma tarefa complexa,

pois requer um maior desdobramento por parte dos profissionais que atendem esse público, com a elaboração e flexibilização curricular e um planejamento detalhando suas ações acerca das necessidades e possibilidade de cada estudante visando a sua aprendizagem. Para Mendes e Pletsch (2019, p. 258): "Quando a situação se refere aos anos finais do ensino fundamental, o quadro se mostra ainda mais preocupante [...]. As dificuldades de flexibilização curricular são maiores e as escolhas dos docentes frente a isso mais complexas."

Outrossim, no Ensino Fundamental II trabalhar com a diversidade em sala de aula e mais a rotatividade de professores, com constantes substituições, faz com que o ensino enfraqueça perdendo sua qualidade. Assim sendo, para atender o público da Educação Especial, nesse contexto de salas de aula superlotadas, é necessário reflexões acerca dos objetivos que se têm para os sujeitos com deficiência e como o profissional vai se capacitar para atendê-lo, pois dentro de sala de aula "[...] nem sempre é fácil eliminar as barreiras entre as diferenças." (MOREIRA, 2008, p. 54).

Nesse viés, o PEI se tornou uma estratégia importante na ação professor, desde a Educação Infantil ao Ensino Fundamental, possibilitando planejar e replanejar ações diferenciadas para os educandos com deficiência intelectual. Logo, e necessário que as ações dialoguem com o currículo e a prática pedagógica de forma crítica e reflexiva oferecendo aos educandos uma escolarização formal de qualidade.

Segundo Vianna *et al.* (2011, p. 2827), no Brasil o PEI tem sido utilizado como estratégia relevante com a intenção de "elaborar, implementar e avaliar adaptações curriculares que favoreçam a inserção de alunos com necessidade educacionais especiais em turmas regulares de ensino, norteando as ações pedagógicas dos professores".

Em síntese, refletir acerca do PEI e seu aporte na educação inclusiva, instituindo as estratégias de ensino e aprendizagem, implica em verificar quais estruturas organizacionais a escola tem para acolher os estudantes, os professores. Fica evidente a necessidade de se reestruturar tanto na parte física quanto na pedagógica para ter um ensino voltado para a inclusão daqueles que estão às margens da educação formal.

D. A INSTRUMENTALIZAÇÃO DO PEI NO DIA A DIA NO ENSINO COMUM: UMA ANÁLISE DO FAZER PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Entendemos o PEI como um recurso pedagógico que instrumentaliza para que as ações dos professores, com vistas nas estratégias, adaptações e flexibilidades, se efetivem diante das diferentes demandas existentes no atendimento ao estudante com deficiência. A construção desse recurso parte da perspectiva de um trabalho colaborativo entre os professores do ensino comum e os professores do ensino especializado.

Com base em estudos e discussões em autores que pesquisam o tema PEI e o trabalho colaborativo e as correlações com a pesquisa de campo, destacamos algumas reflexões acerca do das práticas pedagógicas dos educadores da escola em análise, apresentadas nas ações docentes no ensino comum. Foi necessário avaliar para conhecer as práticas pedagógicas dos professores a fim de compreender a sua forma organizacional diante das suas experiências na escola.

Na operacionalização do PEI no dia a dia no ensino comum evidenciamos avanços e desafios que nos possibilitou conhecer, por meio das análises das práticas pedagógica, como acontecem as articulações entre o professor, o estudante e a escola. Nessa ação articulada, o gestor escolar é o responsável que detém amplas responsabilidades abarcando administrar desde o espaço físico chegando ao pessoal.

Nesse viés, Luck (2008, p. 12) enfatiza:

> A competência para o exercício da função de gestor é vista sob dois aspectos: o profissional e o pessoal. Em relação ao aspecto profissional, a competência é o conjunto de características necessárias ao desempenho da atividade profissional. Em relação ao aspecto pessoal, a competência é o conjunto de habilidades, conhecimentos e capacidades para executar o objeto da ação.

Partindo dessa reflexão, percebemos quão importante é a valorização da equipe que trabalha na escola, pois eles são os que estão na linha de frente, os agentes de ação, de formação e de transformação no sistema educacional com a intenção de instruir, na escola, pessoas mais autônoma e participativa para a sociedade. Assim, a função do gestor requer plena consciência da necessidade de adequações pedagógicas e adaptações físicas no ambiente escolar a fim de atender as peculiaridades dos estudantes da Educação Especial.

Desta forma, na escola em análise, os profissionais que ali trabalham demonstraram acreditar na importância de alguns critérios para o encaminhamento de ações educativas. Esses profissionais seguem as determinações do Projeto Político Pedagógico (PPP, 2016, p. 48). Esse documento norteia as ações da unidade de ensino e na sua redação há a ênfase em relação à "[...] mudanças e adaptações na infraestrutura da escola; modificação na prática e conhecimento sobre a inclusão por parte dos professores, dos educandos, dos pais; enfim, de todos os responsáveis de forma direta pela educação e desenvolvimento desses alunos." Esses critérios são fatores relevantes para o bom andamento do ensino escolar.

Em relação a elaboração e aplicabilidade do PEI, observamos que ainda há muitas inquietações por parte da equipe técnica, dos professores de uma forma geral. Embora haja esforço para a construção de um planejamento que atenda a todos, os estudantes da Educação Especial ainda ficam em desvantagem quanto a abordagem no ato de aprender, pois os professores ainda delegam a responsabilidade de ensinar para o apoio pedagógico.

Aos docentes, que encontram na diversidade da sala de aula a necessidade de parcerias para ministrar suas aulas com eficiência, necessitam buscar ações colaborativas a fim de oportunizar aos estudantes uma aprendizagem exitosa.

> O trabalho colaborativo está relacionado coma criação de interconexões pessoais entre docentes, que pode gerar alívio de tensões. [...] Isso juntamente com o incremento da iniciativa e da motivação individuais, leva a uma qualificação de seu trabalho. [...], além a partilha de recursos e ideias, os professores que trabalham em grupo realizam reflexões críticas acerca do propósito e do valor daquilo que ensinam e da maneira como o fazer. (PIRES, 2009, p. 28).

"O espaço coletivo é responsabilidade de todos os sujeitos que nele estudam, transitam e comem." (AQUINO JUNIOR, 2015, p. 85). Diante dessas palavras, temos a confiança de que o acolhimento na escola promove o bem-estar nos estudantes integrando-os às ações que favorecem o dia a dia na sociedade educacional.

Dessa forma, o trabalho colaborativo nas ações dos professores na elaboração e na aplicabilidade do PEI para os estudantes da Educação Especial que apresentam deficiência intelectual, a fim de refletir sobre os resultados e propor ações de apoio pedagógico aos professores regentes, tem a prerrogativa estabelecer ações articuladas visando a inclusão escolar.

Seguindo esse viés, o professor em sala de aula deve acolher os estudantes com a compreensão de que o espaço escolar é um lugar de inclusão. Desta forma, o educador deve conduzir o ensino e a aprendizagem dos educandos de forma a contribuir com o desenvolvimento cognitivo. Para tanto deve "[...] criar espaços e abrir possibilidades de incluir a todos no projeto político-pedagógico da escola, desde a sua concepção e elaboração até a sua implementação no dia a dia da escola." (MELO, 2001, p. 253).

Trabalhar com estudantes com algum tipo de deficiência requer estudos a fim de entender o contexto da deficiência e suas implicações na vida do educando. Assim, como sugerem Braun e Marin (2018) sobre as ações frente às necessidades educativas dos estudantes com algum tipo de deficiência:

> [...] ensinar pessoas com deficiência intelectual, abre possibilidades sobre como qualificar propostas de ensino para todos e quaisquer estudantes. Pois a especificidade da deficiência intelectual está no desenvolvimento, na linguagem, no comportamento adaptativo, sempre em

> relação ao contexto, não é uma relação basicamente orgânica, mas também histórico-social. (BRAUN; MARIN, 2018, p. 115).

Logo, entendemos que ensinar e aprender devem caminhar em sincronia, respeitando as condições do organismo de cada participante, "pois para a pessoa com deficiência intelectual o planejamento de estratégias específicas de ensino é condição para aprendizagem." (BRAUN; MARIN, 2018, p. 115).

Nas ações os professores demonstraram permear seu diálogo entre todos os participantes da escola. As ações envolvem acolhimento ao estudante, a fim de manter um canal de comunicação que seja compreensível para ambos e assim estabelecer o vínculo necessário para um bom convívio durante o ano letivo.

Para entender os meandros existentes no Ensino Fundamental, etapa final, nos remete a necessidade de se preocupar com as particularidades de cada sujeito, pois em sala de aula há uma diversidade de culturas em que cada um tem os seus hábitos e costumes, bem como também os seus ritmos de apender e essa construção se delonga por vários anos.

Conforme foi evidenciado na pesquisa, todos os estudantes da Educação Especial, da escola em análise, têm em seu plano de atendimento o PEI. Essa dinâmica no atendimento se dá pelo fato de o estudante, nos últimos tempos, ter apresentado inúmeras dificuldades para adquirir uma aprendizagem que seja satisfatória.

As dificuldades que os estudantes encontram no dia a dia são muitas vezes de ordem naturais, por conta dos processos mentais que limitam as ações cognitivas, e por questões organizacionais, dentre elas as trocas constantes de professores por conta das diversas disciplinas no período e o número elevado de estudantes em sala de aula que conduz o estudante, muitas vezes, ao fracasso escolar. No entanto Glat e Blanco (2013, p. 25) reforçam que diante de estudos "[...] fica evidente que o fracasso escolar não é simplesmente uma consequência de deficiência ou problema intrínseco dos alunos, mas resultante de variáveis inerentes ao próprio sistema escolar [...]."

Ter um bom desempenho escolar, considerando suas variações cognitivas, o estudante com deficiência intelectual por exemplo, enfrenta diferentes situações para processar as informações, pois têm dificuldades na memorização e formação de conceitos. Por essa razão, se torna imprescindível as ações individualizadas pautadas nas diferentes formas de aprender.

A escola em análise, no que diz respeito às práticas pedagógicas, com base nas observações realizadas e nas respostas dos professores, denotam que esses profissionais desenvolvem projetos e atividades envolvendo todos os estudantes. Percebemos ainda nas análises que os professores compreendem que é importante considerar a diversidade de cultura existente numa sala de aula, "isto é, seus costumes, suas linguagens, suas crenças, seus modos de viver , sentir e agir, sua trajetória de vida." (ANDRÉ; DIAS, 2012, p. 64).

Desta forma, mesmo considerando importante as ações com o PEI, muitos desafios foram evidenciados, dentre eles o pouco conhecimento sobre como elaborar um planejamento individualizado partindo de um trabalho colaborativo. Outro fato comprovado como barreira pedagógica é a ausência de conhecimento sobre os tipos de deficiência e como cada uma se implicam na vida do educando.

Assim, cabe-nos apontar a responsabilidade da escola em prover ações pedagógicas de capacitação continuada aos educadores a fim de que eles tenham bagagem suficientes para ampliar suas capacidades de trabalho de forma mais segura, uma vez que as demandas de estudantes com algum tipo de deficiência tem aumentado.

Na escola em estudo, observamos que cada estudante tem um profissional que faz o atendimento educacional especializado e os apoia no pedagógico dentro de sala de aula. Para tanto, "o profissional de ensino que dá suporte ao trabalho docente deve ter domínio dos procedimentos que envolvem o processo de ensino e aprendizagem que acontece formalmente na sala de aula." (PINTO, 2011, p. 77).

Conforme dispõe na Resolução Municipal de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, nº 188/2018, art. 9º, o apoio pedagógico é um profissional com formação na área da Educação Especial e seu trabalho é caracterizado "pelos recursos humanos e materiais que apoiam o processo de ensino-aprendizagem dos alunos público-alvo da educação especial."

Ainda evidenciado na resolução municipal acima citada, o papel do apoio pedagógico especializado é o trabalho colaborativo com o professor regente na elaboração e aplicação do PEI aos estudantes da Educação Especial, bem como com a participação do professor da Sala de Recursos Multifuncionais que poderá orientar esses educadores na busca por melhores formas e significados de ensino e aprendizagem para os estudantes.

No entanto, no contexto de sala de aula, a responsabilidade por todos os estudantes é do professor regente e cabe a ele buscar melhores formas de dinamizar suas aulas com práxis pedagógicas por meio de práticas inclusivas a fim de enfrentar e superar os desafios que a profissão exige.

> [...] vemos que os desafios para a formação docente se apresentam de diferentes ordens: por um lado, pelas características adotadas pela política de ensino superior do país e pela política de formação docente. Por outro lado, pela "crise de identidade" do próprio campo do conhecimento, que comporta hoje trabalhos que buscam a especificidade na escolarização dos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento de superdotação/altas habilidades, e outros que entendem não haver uma especificidade na área. (KASSAR, 2014, p. 221).

Nessa perspectiva, com objetivos claros de ensino torna possível criar caminhos para superar os enfrentamentos apresentados na escola, porém essas metas devem ser fundamentadas em pesquisas e práticas pedagógicas articuladas relacionando as necessidades emergentes dos estudantes com deficiência intelectual e suas habilidades na busca por estratégias válidas de ensino que possam facilitar a solução de problemas. Para tanto, se faz necessário o ensino colaborativo, o qual "é uma estratégia em construção na escola, que é válida de modo positivo." (BRAUN; MARIN, 2018, p. 121).

Ressignificar o papel do professor na perspectiva da educação inclusiva a fim de ampliar suas práticas pedagógicas; investir em formação continuada desse educador em relação a elaboração e aplicabilidade do PEI, com o intuito de atender as particularidades do público da Educação Especial e aumentar a possibilidade de acesso ao currículo escolar, promover a aprendizagem, o desenvolvimento e a inserção social por meio do trabalho colaborativo alavancando o ensino na busca pela transformação no contexto da inclusão na educação escolar.

E. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente reflexão coloca em destaque a elaboração e aplicabilidade do PEI para os estudantes com deficiência intelectual, inseridos no ensino comum, na etapa final do Ensino Fundamental. Desta forma, é necessário perceber que o PEI é um recurso importante na escolaridade do estudante com deficiência intelectual como meio de criar estratégias de aprendizagem diferenciadas a fim de tornar os estudantes mais autônomos, críticos e criativos, qualificando a inclusão para todos.

Os estudos aconteceram na Escola Municipal professor Licurgo de Oliveira Bastos na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul em que foram analisadas as respostas dos professores do ensino comum, bem como obtivemos o embasamento teórico em autores que pesquisam a temática do PEI e o trabalho colaborativo. A coleta de dados teve respaldo nos estudos documentais com aprofundamentos nas leis que regulamentam a Educação Especial e o PEI.

Pesquisar o PEI, o ensino colaborativo e as estratégias pedagógica dos educadores, a fim de evidenciar suas reais contribuições ao ensino e aprendizagem dos estudantes da Educação Especial, são elementos importantes para efetivar o acesso aos conteúdos escolares e garantir a aprendizagem dos estudantes.

Evidenciamos que os professores do ensino comum estão sedentos de conhecimentos acerca das diretrizes da Educação Especial, dos tipos de deficiência e suas implicações na vida do estudante e como agir diante de cada caso em específico.

Estudos, reflexões, ações e mudanças de atitudes são necessários entre todos que, de uma forma direta ou indiretamente, trabalham nessa modalidade de ensino que é a Educação Especial.

Para isso, deve haver mudanças nas políticas públicas, das secretarias de educação, nas logísticas de acesso a formação acadêmica e formação continuada dos educadores, na posturas dos gestores, do professor, da comunidade, assim como nas formas diferenciadas de se trabalhar, construindo assim, uma escola acessível, prazerosa e inclusiva, para todos os estudantes.

Trabalhar com estudantes com deficiência se tornou um grande desafio para o professor do Ensino Fundamental II, isso gerou uma inquietação decorrente da observação dos trabalhos dos professores que tinham em suas realidades a exaustão. No entando, por meio dessa pesquisa concluiu-se que os estudantes com deficiência têm condição e aprender, desde que seja respeitado o seu tempo e ritmo de aprendizagem. Para tanto, é importante o AEE com estratégias diferenciadas e individualizadas.

No tocante às estratégias diferanciadas de ensino, essas devem ser construídas de forma colaborativa entre os responsáveis pelo estudante da Educação Especial: professor de apoio pedagógico, professor regente, sob a orientação do professor da Sala de Recursos Multifuncionais, numa tríade articulada com vista à inclusão.

Ao profissional atuante na SRM, para desempenhar suas funções no AEE, com orientações aos professores, há a necessidade de ter domínio e conhecimento do desenvolvimento de estratégias pedagógicas consideradas fundamentais para a organização da ação docente na efetividade da aprendizagem de cada educando.

Por fim, e não finalizando, existe um longo caminho a ser percorrido até se alcançar a inclusão, e fica uma reflexão para os educadores: o trabalho colaborativo pode ser a melhor forma de desenvolver estratégias de ensino e atender a diversidade existente em sala de aula. Pensar em ações conjunta minimizam os desafios e promovem melhores consições de trabalho. Trabalhar com o PEI na Educação Especial potencializa a aprendizagem e permite uma avaliação sistematizada do conhecimento adquirido, podendo replanejar o ensino se este ainda não atingiu o objetivo, contribuindo para a inclusão escolar.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M.; DIAS, H. N. O coordenador pedagógico e a formação de professor para a diversidade. *In*: ALMEIDA, L. R.; PLACCO, V. M. N. (Orgs.). **O coordenador pedagógico e o atendimento à diversidade**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

AQUINO JUNIOR, J. O aluno, o professor e a escola. *In:* PASSINI, E. Y.; PASSINI, R.; MALYSZ, S. T. (Orgs.). **Prática de ensino de geografia e estágio supervisionado**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

BAPTISTA, C. R. Ação Pedagógica e Educação Especial: para além do AEE. *In*: JESUS, D. M. (Org.). **Prática pedagógica na educação especial:** multiplicidade do atendimento educacional especializado. 1. ed. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192. Acesso em: 10 jan. 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ Constituiçao.htm. Acesso em: 11 jan. 2021.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8069-13-julho-1990-372211-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 05 jan. 2021.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o plano nacional de educação (PNE) e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 14 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Programa de implantação da Sala de Recursos Multifuncionais:** espaço para atendimento educacional especializado. Brasília: Ministério da Educação, 2006.
Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9936- manual-orientacao-programa-implantacao-salas-recursos- multifuncionais&Itemid=30192. Acesso em: 14 jan.2021.

BRAUN, P.; MARIN, M. Práticas pedagógicas e a escolarização de estudantes com deficiência intelectual. *In:* OLIVEIRA, A. A. S; FONSECA, K. A.; REIS, M. R. (Orgs.). **Formação de professores e práticas educacionais inclusivas**. Curitiba: CRV, 2018.

CAMARGO, A. M. F.; GOMES, R. V. B.; SILVEIRA, S. M. P. Dialogando sobre a política de educação especial na perspectiva inclusiva**.** *In:* GOMES, R. V. B. (Org.). **Política de inclusão escolar e estratégias pedagógicas no atendimento educacional especializado.** Fortaleza: UFCE; Brasília: MC&C, 2016.

CAMPO GRANDE. Secretaria Municipal de Educação. **Projeto Político Pedagógico**. Campo Grande: Escola Municipal Professor Licurgo de Oliveira Bastos, 2016.

CAMPO GRANDE. Secretaria Municipal de Educação. Resolução nº 188, de 05 de novembro de 2018. Dispõe sobre a inclusão do aluno público-alvo da educação especial na rede municipal de ensino de Campo Grande, MS. **Diário Oficial de Campo Grande**, 14 nov.2018. Campo Grande, MS: Secretaria Municipal de Educação 2018. Disponívelem: http://www.acpms.com.br/resolucao-semed-n-188-de-5-de-novembro-de-2018-diogrande-n-5-406-de-14-11-2018-pags-14-a-17/. Acesso em: 09 jan.2021.

FIGUEIREDO, R. V. **Escola, diferença e inclusão**. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

FREIRE. P. **Pedagogia da esperança**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

GLAT, R. **Educação inclusiva:** cultura e cotidiano escolar. 2. ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

GLAT, R.; BLANCO, L. M. V. Educação especial no contexto de uma educação inclusiva. *In:* GLAT, R. (Org.). **Educação inclusiva:** cultura e cotidiano escolar. 2. Ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

KASSAR, M. C. M. Formação de professores para a educação inclusiva e os possíveis impactos na escolarização de alunos com deficiências. **Cadernos CEDES**, Campinas, SP, v. 34, n. 93, p. 207–224, 2014. https://doi.org/10.1590/S0101-32622014000200005

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação escolar:** políticas, estrutura e organização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LUCK, H. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2008.

MAGALHÃES, J. G.; CUNHA, N. M.; SILVA, S. E. Plano educacional individualizado (PEI) como instrumento na aprendizagem mediada: pensando sobre práticas pedagógicas. *In:* PLETSCH, M. D.; GLAT, R.(Org.). **Estratégia educacionais diferenciadas para alunos com necessidades especiais**. – Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

MELLO, A. F. G.; HOSTINS, R. C. L. Plano educacional individualizado: a colaboração Docente como processo, a aprendizagem e a inclusão Escolar como propósito. *In:* MENDES, G.M. L.; PLETSCH, M. D.; HOSTINS, R. C. L. **Educação especial e/na educação básica:** entre especificidades e indissociabilidades. 1. ed. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2019.

MELO, M. T. L. de. Gestão educacional: os desafios do cotidiano escolar. *In:* FERREIRA, S. C.; AGUIAR, M. Â. S. (Orgs.). **Gestão da educação:** impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2001.

MENDES, G. M. L.; PLETSCH, M. D. Deficiência Intelectual, Educação Especial e BNCC: inclusão em que? *In:* SILVA, F. C. T. S.; FILHA, C. X. (Org.). **Conhecimento em disputa na Base Nacional Comum Curricular**. Campo Grande, MS: Ed. Oeste, 2019.

MOREIRA, A. F. B. Reflexões sobre currículo e identidade: implicações para a prática pedagógica. *In:* MOREIRA, A. F.; CANDAU, V. M.

(Org.). **Multiculturalismo:** diferenças culturais e práticas pedagógicas. Petrópolis, RJ: Vozes. 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração universal dos direitos humanos**. Estados Unidos: ONU, 1948. Disponível em: http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php. Acesso em: 12 de jan. 2021.

PERONI, V. M.; FLORES, M. L. R. V. Sistema nacional, plano nacional e gestão democrática da educação no Brasil: articulações e tensões. **Educação,** (Porto Alegre, impresso), v. 37, n. 2, p. 180-189, maio-ago., 2014. https://doi.org/10.15448/1981-2582.2014.2.16342

PIRES, F. L. B. Trabalho colaborativo na formação continuada de professores para a utilização da informática na educação especial. *In:* DAMIANI, M. F.; PORTO, T. M. E.; SCHLEMMER, E. **Trabalho colaborativo-cooperativo em educação:** uma possibilidade para ensinar e aprender. São Leopoldo: Oikos; Brasília: Liber Livro, 2009.

PLETSCH. M. D.; GLAT. R. (Org.). Plano educacional individualizado (PEI): um diálogo entre práticas curriculares e processos de avaliação escolar. *In:* GLAT, R.; PLETSCH, M. D. **Estratégia educacionais diferenciadas para alunos com necessidades especiais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

PINTO, U. A. **Pedagogia escolar:** coordenação pedagógica e gestão educacional. São Paulo: Cortez, 2011.

SIQUEIRA, C. F. O. *et al.* Planos de ensino individualizados na escolarização de alunos com deficiência intelectual. *In:* CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 5., 2012, São Carlos. **Anais** [...]. São Carlos: UFSCar: São Carlos, SP, 2012. p. 11671-11686.

SOUSA, S. M. Z.; PRIETO, R. G. A educação especial. In: OLIVEIRA, R. P.; ADRIÃO, T. (Org.). **Organização do ensino no Brasil**. São Paulo: Xamã, 2002.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos:** satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. França: UNESCO, 1990. Disponível em: http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf. Acesso em: 02 jan. 2021.

UNESCO. **Declaração de Salamanca:** sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. França: UNESCO, 1994. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf. Acesso em: 20 dez. 2020.

VALADÃO, G. T.; MENDES, E. G. Inclusão escolar e o planejamento educacional individualizado: estudo comparativo sobre práticas de planejamento em diferentes países. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP**. Revista Brasileira de Educação**, v. 23 e230076. 2018. https://doi.org/10.1590/s1413-24782018230076

VALADÃO, G. T. **Planejamento educacional individualizado na educação especial:** proposta oficial dos Estados Unidos, França, Itália e Espanha. 2010. 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, São Paulo, 2010.

VERDE, A. L.; POULIN, J. R.; FIGUEIREDO, R. V. **Atendimento educacional especializado do aluno com deficiência intelectual**. São Paulo: Moderna, 2010.

VIANNA, M. M.; SILVA, S. E.; SIQUEIRA, C. F. O. Plano educacional individualizado – Que ferramenta é esta? *In:* VII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL, 7., 2011, Londrina. **Anais** [...]. Londrina: Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial, 2011.